

**Lançamento do relatório da OCDE <<Governança dos Recursos Hídricos no Brasil>>**  
Discurso de Luiz de Mello, Vice-Diretor, Diretoria de Governança Pública e Desenvolvimento  
Territorial da OCDE  
Brasília, 2 de setembro de 2015

Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas, Ministros, Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que participo hoje com vocês deste evento de lançamento do relatório da OCDE sobre a *Governança dos Recursos Hídricos no Brasil*.

Permitam-me antes de mais nada agradecer a todos, em especial ao Presidente e diretores da ANA, pelo apoio contínuo que a Agência tem dado a este intercâmbio de ideias e experiências sobre a governança e a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Este diálogo envolveu uma multiplicidade de atores e teve por objetivo construir um entendimento comum sobre os principais desafios que enfrenta o setor e um consenso sobre como avançar nesta área.

**As questões-chave abordadas no relatório**

A ANA solicitou à OCDE que fizesse uma avaliação, baseada na experiência internacional e na evidência empírica, da gestão e da governança dos recursos hídricos no Brasil.

Em particular, a nossa avaliação centrou-se em duas questões-chave: 1) a eficácia da coordenação entre as políticas e prioridades estaduais e federais para um sistema integrado de gestão dos recursos hídricos, e 2) a robustez dos regimes atuais de alocação dos recursos hídricos para fazer frente a desafios futuros.

A governança e a alocação são questões importantes e interconectadas. Por quê?

- *A governança multinível* é fundamental em uma federação descentralizada como o Brasil, onde a gestão dos recursos hídricos se dá a nível dos estados e do Distrito Federal e onde há uma longa tradição de democracia participativa ancorada em mais de 200 comitês de bacias hidrográficas. A gestão descentralizada responde à diversidade de necessidades e condições locais, mas também impõe desafios de coordenação entre os ministérios e órgãos públicos, entre os diferentes níveis de governo, e entre as entidades responsáveis a níveis local e estadual.
- *Por outro lado, os regimes de alocação dos recursos hídricos* buscam atender a demandas concomitantes, e muitas vezes concorrentes, dos diferentes usuários da água, como a agricultura, a indústria, o setor energético e a população em geral. No que se refere aos rios federais e estaduais, os regimes de alocação podem orientar o desenvolvimento econômico e social, especialmente na medida em que se intensifica a concorrência entre os usuários dos recursos hídricos e quando mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico afetam a demanda e a disponibilidade futura de água. Estes regimes também determinam as necessidades de investimento em abastecimento e armazenamento de água.

A governança e a alocação da água estão intimamente ligadas, pois a implementação eficaz dos regimes de alocação de recursos hídricos exige coordenação e capacidade de gestão não só a nível federal, mas também nos níveis estadual, municipal e de bacia hidrográfica.

## Principais resultados do relatório

O Brasil alcançou progressos notáveis na gestão dos recursos hídricos desde a adoção da Lei Nacional de Recursos Hídricos em 1997 e da criação da ANA em 2000. Hoje, o país dispõe de bases institucionais sólidas para uma governança multinível integrada e localizada dos recursos hídricos, ao contrário do modelo anterior, que era centralizado e essencialmente tecnocrático. Ao longo do tempo, o sistema também adaptou-se a novas circunstâncias e necessidades.

Mesmo assim, há alguns desafios que o país deverá enfrentar para que a gestão dos recursos hídricos possa gerar os benefícios econômicos, sociais e ambientais esperados. Permitam-me mencionar alguns destes desafios:

- **Orientação estratégica.** Os diversos planos de recursos hídricos a nível local, estadual, nacional e de bacias hidrográficas precisam estabelecer prioridades claras ou critérios que definam o volume de recursos hídricos, orientem as decisões de alocação para a geração de energia hidrelétrica, irrigação e uso doméstico, e definam prioridades em situações de escassez de água. Deficiências no que tange à coordenação e à implementação dificultam o uso dos planos como instrumentos de apoio às decisões. Os municípios, que têm a competência central de gerir os recursos hídricos, estão, em grande parte, ausentes dos comitês de bacias hidrográficas.
- **Escala funcional.** Os rios cruzam fronteiras administrativas. Por isso, as agências a nível de bacias hidrográficas e os órgãos estaduais e federais precisam garantir que as suas políticas e instrumentos se reforcem mutuamente e sejam compatíveis entre si. Este desafio é particularmente importante no caso dos regimes de alocação da água que se aplicam distintamente aos rios federais e aos seus afluentes.
- **Coerência das políticas.** Os mecanismos que asseguram a coerência das políticas, especialmente entre os recursos hídricos e a agricultura, a energia, o licenciamento ambiental, o saneamento e o uso do solo, precisam ser reforçados. Por exemplo, o planejamento setorial ocorre, em grande parte, de forma isolada, e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos precisa desempenhar o seu papel de coordenação intersetorial.
- **Instrumentos de políticas.** As outorgas de água desempenham um papel importante para alcançar os objetivos da política de recursos hídricos; elas devem orientar o uso eficiente da água e facilitar a sua realocação. O preço pago pelo uso da água no Brasil é baixo e geralmente a cobrança é utilizada como instrumento de geração de receita, ao invés de racionalizar o uso da água e sinalizar a sua escassez. Além disso, há grande heterogeneidade entre os estados na disponibilidade de dados e informações sobre os recursos hídricos, o que dificulta uma tomada de decisão eficaz com base em quem recebe a água, onde e quando. Além disso, os comitês de bacias hidrográficas têm limitada capacidade de implementação, o que compromete a sua capacidade de construir consenso em torno das prioridades e do planejamento que possam informar a tomada de decisões.

## Da reação à crise à gestão de riscos

O enfrentamento destes desafios torna-se ainda mais importante na medida em que aumenta a incerteza sobre a disponibilidade futura e a demanda por água para diferentes fins. Um bom exemplo é a recente seca que afetou o sudeste do Brasil e que provocou uma crise de abastecimento entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, depois do inverno mais seco dos

últimos 84 anos. Enfrentar desafios como este requer uma mudança de ênfase que passe da reação a crises à gestão de riscos.

O diálogo de políticas que conduzimos, e que envolveu uma ampla gama de agentes públicos, privados e de organizações sem fins lucrativos, evidenciou o compromisso sério das autoridades brasileiras em fazer esta mudança.

Em particular, o "Pacto Nacional pela Gestão das Águas", que foi assinado em 2011, oferece um instrumento útil para o fortalecimento do diálogo entre os níveis federal, estadual e de bacia hidrográfica rumo a uma gestão integrada, tendo em conta a diversidade entre os estados em termos de desempenho, hidrologia, desenvolvimento e capacidade institucional. Esperamos também que o Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Plano Plurianual que será lançado em 2016 promovam a gestão dos recursos hídricos para o crescimento sustentável.

Para apoiar esses esforços, o nosso relatório recomenda, em particular, o foco em quatro áreas principais:

- **Visão estratégica.** Há uma necessidade de aumentar a visibilidade dos recursos hídricos como uma prioridade estratégica que gere benefícios econômicos, sociais e ambientais mais amplos. Este objetivo pode ser alcançado por meio do fortalecimento da autoridade, influência e efetividade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que oriente efetivamente as decisões de mais alto nível. É necessário também promover uma visão de longo prazo que oriente as decisões de política e investimento nas próximas décadas.
- **Capacitação.** O Pacto Nacional pela Gestão das Águas é um passo na direção certa para fortalecer a capacidade das instituições estaduais e de bacia hidrográfica em termos de pessoal, financiamento, acompanhamento e execução. As oportunidades de expansão para a troca de experiência entre estados e bacias hidrográficas podem ajudar a promover a aprendizagem por meio do diálogo entre os pares.
- **Instrumentos de política.** Os instrumentos de política para a gestão dos recursos hídricos precisam ser cuidadosamente trabalhados. As outorgas de água bem projetadas permitem estabelecer um equilíbrio entre a segurança do abastecimento para os diferentes usuários e a adaptabilidade para gestores de recursos hídricos. Há uma ampla variedade de instrumentos econômicos que podem ser utilizados para este fim, incluindo a precificação para promover o uso eficiente da água, bem como refletir os custos de oportunidade dos diferentes usos da água e orientar os investimentos relacionados com os recursos hídricos.
- **Implementação.** Os planos de recursos hídricos devem definir orientações estratégicas e ter plena implementação. As condições de sucesso incluem a transparência e a partilha regular de informações para promover mais confiança e conscientização sobre os riscos futuros, especialmente a nível municipal. Os sistemas de recursos hídricos estaduais e federais requerem um engajamento dos membros dos comitês de bacias hidrográficas que seja efetivo e focado em resultados concretos.

Senhoras e Senhores,

O Brasil alcançou avanços significativos nas últimas décadas na melhoria da governança e da gestão dos recursos hídricos. Isto é particularmente significativo em um país que detém 12% das reservas mundiais de água doce e onde uma percepção de abundância levou muitas vezes à complacência na gestão dos recursos hídricos.

Mas hoje há um novo impulso para aprimorar a gestão e a governança dos recursos hídricos de modo que o setor contribua para alcançar objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, em nível federal e estadual.

O Brasil está caminhando em direção a uma estratégia de longo prazo e está tomando passos firmes na concepção e implementação de uma política de recursos hídricos mais efetiva, integrada e coerente. A ANA, parceira de confiança em todo o país, tem um papel decisivo a desempenhar no envolvimento dos estados e do mais amplo leque de partes interessadas em torno de uma gestão de recursos hídricos mais efetiva, eficiente e inclusiva.

É com grande satisfação que a OCDE tem trabalhado com a ANA, com o Ministério do Meio Ambiente e seus parceiros a nível federal e estadual, para facilitar essa transição e assegurar melhores políticas de recursos hídricos para promover vidas melhores.

Obrigado.